



ESTADO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

população na definição das prioridades para os investimentos públicos nos processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Art. 3º. A Audiência Pública para discussão e elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2015 e possíveis alterações no Plano Plurianual – PPA 2015 a 2017 do Município de Luís Correia/PI desenvolverá seus trabalhos a partir do tema: "Construindo uma Luís Correia de Todos".

Art. 4º. A Audiência Pública para discussão e elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2015 e possíveis alterações no Plano Plurianual – PPA 2015 a 2017 do Município de Luís Correia/PI será presidida pelo Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 1º. Na ausência ou impedimento do Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão o substituirá o Coordenador Técnico da Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 5º. O Regulamento da Audiência Pública para discussão e elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2015 e possíveis alterações no Plano Plurianual – PPA 2015 a 2017 do Município de Luís Correia/PI disporá sobre sua organização e funcionamento.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luís Correia/PI, 05 de setembro de 2014.

ADRIANE MARIA MAGALHÃES PRADO
Prefeita Municipal



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



LEI MUNICIPAL Nº 789, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA/PI**, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. A Rua Principal do Bairro Cearazinho, em toda a sua extensão, passa a ser denominada "Avenida José Antônio Lima Pereira".

Art. 2º. O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, providenciará as devidas placas de sinalização e as alterações necessárias nos cadastros imobiliários dos residentes na respectiva rua.

Art. 3º. A Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luís Correia/PI, 05 de setembro de 2014.

ADRIANE MARIA MAGALHÃES PRADO
Prefeita Municipal



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



Lei Municipal nº 790, de 03 de setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA/PI**, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei estabelece as diretrizes orçamentárias do Município de Luís Correia para o ano de 2015, em cumprimento ao disposto no art. 113 da Lei Orgânica do Município de Luís Correia, na Constituição Estadual, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV – as disposições sobre transparência;
- V – as disposições específicas para o Poder Legislativo;
- VI – os critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – as disposições para transferências;
- VIII – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- IX – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- X – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- XI – as disposições finais.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2015 serão fixadas considerando os seguintes princípios orientadores:

- I – valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;
- II – austeridade na utilização dos recursos públicos;
- III – equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas;
- IV – fortalecimento da capacidade de investimento do Município, em particular para as áreas social, de saúde e de infraestrutura, compreendendo também:
 - a) Estímulo ao desenvolvimento econômico através da potencialização dos recursos naturais e das suas vocações;
 - b) Desenvolvimento do turismo em suas diversas dimensões;
 - c) Conservação e manutenção do seu patrimônio histórico e cultural;
 - d) Preservação dos recursos naturais;
 - e) Recuperação do sistema viário e de trânsito.
- V – priorização para os projetos de educação fundamental, proteção à criança e ao adolescente, saúde e saneamento básico;
- VI – valorização do idoso;
- VII – empreendimento de ações educacionais, sociais e econômicas para superar as desigualdades;
- VIII – preservação do interesse público e defesa de seu patrimônio inclusive ambiental;
- IX – alcance das metas da arrecadação tributária própria, através da dinamização do sistema de fiscalização, controle e cobrança de tributos e da concessão de meios para parcelamento de débitos;
- X – utilização dos recursos de publicidade institucional, através da mídia, garantindo a divulgação de programas sociais e educacionais e outros para promoção das potencialidades locais;
- XI – as prioridades e metas definidas neste artigo terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2015.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º. A Proposta Orçamentária Anual obedecerá à orientação da Constituição Federal, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

(Continua na próxima página)



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



I – programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no PPAG;

II – atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – operação especial: a despesa que não contribui para a manutenção, para a expansão ou para o aperfeiçoamento das ações de governo, da qual não resultam produto nem contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – unidade orçamentária: o nível intermediário da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, de projetos ou de operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 5º. A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I – o Orçamento Fiscal; e

II – o Orçamento da Seguridade Social.

§ 1º. Os orçamentos evidenciarão, obrigatoriamente, os programas de trabalho dos órgãos e das entidades de cada esfera de governo;

§ 2º. Os programas de trabalho a que se refere o parágrafo anterior demonstrarão, por estrutura programática da despesa, as aplicações agregadas em ações de manutenção e ações de ampliação.

Art. 6º. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias de despesa, os grupos de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos.

§ 1º. A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é Fiscal (F) ou da Seguridade Social (S).

§ 2º. As categorias econômicas estão assim detalhadas:

I – Despesas Correntes; e

II – Despesas de Capital.

§ 3º. Os Grupos de Natureza de Despesa - GND constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I – Pessoal e encargos sociais (GND 1);

II – Juros e encargos da dívida (GND 2);

III – Outras despesas correntes (GND 3);

IV – Investimentos (GND 4);

V – Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas (GND 5); e

VI – Amortização da dívida (GND 6).

§ 4º. A Reserva de Contingência será classificada no GND 9.

§ 5º. A Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I – Diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social; ou

II – Indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 6º. Nos grupos de natureza de despesa será observado o seguinte detalhamento:

I – pessoal e encargos sociais: 1;

II – juros e encargos da dívida: 2;

III – outras despesas correntes: 3;

IV – investimentos: 4;

V – inversões financeiras, incluída qualquer despesa referente à constituição ou ao aumento de capital de empresas: 5;

VI – amortização da dívida: 6.

§ 7º. A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito 9, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 8º. Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal

31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo

40 – Transferências a Municípios

41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo

50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos

70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais

71 – Transferências a Consórcios Públicos

80 – Transferências ao Exterior

90 – Aplicações Diretas

91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

99 – A Definir

§ 9º. O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação a definir (MA 99).

§ 10º. É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação "a definir" ou outra que não permita sua identificação precisa.

Art. 7º. O Projeto de Lei Orçamentária de 2015 que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores e a respectiva Lei serão constituídos de:

I – Volume I contendo:

a) Mensagem;

b) Texto da lei;

c) Legislação da Receita;

d) Natureza da Receita;

e) Evolução da Receita;

f) Evolução da Despesa;

g) Anexo de Metas Fiscais – Compatibilidade LOA/LDO;

h) Programa Anual de Trabalho dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Fiscal.

II – Volume II contendo

a) Os quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. O Projeto de Lei de que trata o caput deste artigo, seus anexos e suas alterações deverão ser disponibilizados em meio eletrônico, inclusive em bancos de dados, quando for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

Diretrizes Gerais

Art. 8º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos e operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria MPOG nº 42/1999.

Art. 9º. Os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 10. Os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 11. No projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015, as receitas serão estimadas e as despesas fixadas tendo como base os índices de inflação oficial verificado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica e outras mudanças conjunturais ou estruturais que as afetem.

Parágrafo único. A estimativa da Receita, para fins da elaboração da proposta orçamentária para 2015, será realizada pelas Secretarias Municipais de Finanças e Fazenda, e observará o disposto no Art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 12. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 14. A Procuradoria Geral do Município encaminhará ao Departamento de Orçamento da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão, até 01 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais

(Continua na próxima página)



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



a serem incluídos na proposta orçamentária de 2015 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, da Constituição Federal, especificando:

- I – Número e data do ajuizamento da ação originária;
- II – Número do precatório;
- III – Tipo da causa julgada;
- IV – Data da autuação do precatório;
- V – Nome do beneficiário;
- VI – Valor do precatório a ser pago;
- VII – Data do trânsito em julgado; e
- VIII – Número da vara ou comarca de origem.

Parágrafo único. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

Art. 15. A Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas e despesas, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

Parágrafo único. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

SEÇÃO II

Das Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 16. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2015, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2015.

§ 2º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

SEÇÃO III

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 17. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 18. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

SEÇÃO IV

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 19. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2015 e seus créditos adicionais, observada o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
- II – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho do exercício em curso, ultrapasse a 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

SEÇÃO V

Do Equilíbrio Entre Receltas e Despesas

Art. 20. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 21. A Lei Orçamentária promoverá o equilíbrio entre receitas e despesas, ajustando estas últimas à realidade financeira do Tesouro Municipal e ao comportamento efetivo da arrecadação.

Art. 22. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – Para elevação das receitas:

- a) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- b) Atualização da Planta Genérica de Valores;
- c) Chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – Para redução das despesas:

- a) Implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b) Revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Parágrafo único. O montante das despesas fixadas, acrescido da Reserva de Contingência, não será superior ao das receitas estimadas, mantendo-se o equilíbrio entre receitas e despesas.

SEÇÃO VI

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 23. Constará na lei orçamentária dotação sob a denominação de "Reserva de Contingência" constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e deverá se limitar até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, conforme definição do art. 5º, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

SEÇÃO VII

Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 24. O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 25. É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 26. Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

- I – Os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II – O aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e
- III – As alterações tributárias.

Art. 27. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 28. Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender as despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

SEÇÃO VIII

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 29. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social; obedecerá ao disposto nos artigos 194 a 204 da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I – Das contribuições sociais previstas constitucionalmente;
- II – Da contribuição do servidor e do ente para o Regime de Previdência Próprio;
- III – Recursos originários dos orçamentos do Município, transferência de recursos do Estado e da União, pelas execuções descentralizadas das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos a assistência social; e
- IV – Das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento.

SEÇÃO IX

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 30. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transparência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

§ 1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de Decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade

(Continua na próxima página)



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante Decreto do Executivo.

Art. 31. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da existência da Constituição Federal.

§ 1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciais que os justifiquem.

Art. 32. Os créditos Especiais e Extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2015 e não utilizados integral ou parcialmente, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43, §§, 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 33. Na Lei Orçamentária Anual poderão constar as seguintes autorizações:

I – Para abertura de créditos suplementares:

- a) Até o limite definido;
- b) Até o limite autorizado em Lei específica de reajuste de pessoal e encargos sociais;
- c) À conta da dotação de reserva de contingência, que deverá se limitar até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida a ser utilizada conforme definição do art. 5º, inciso I e II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

II – Para realizar operações de crédito por antecipação da Receita, até o limite legalmente permitido;

III – Para realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

SEÇÃO X

Da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 34. Se o Projeto de Lei do Orçamento para o exercício de 2015 não for sancionado pela Prefeitura Municipal até 31 de dezembro de 2014, a programação financeira e orçamentária poderá ser executada conforme a Lei Orçamentária Anual de 2014, ou poderá ser executada até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2015, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

§ 1º. Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, as dotações para atendimento de despesas com:

- I – Pessoal e encargos sociais;
- II – Pagamento de benefícios previdenciários;
- III – Pagamento do serviço da dívida;
- IV – Precatórios;
- V – Obras em andamento;
- VI – Contratos de serviços;
- VII – As operações oficiais de crédito; e
- VIII – Contrapartidas municipais.

§ 2º. As dotações referentes às despesas, mencionadas no § 1º deste artigo, poderão ser movimentadas até o montante necessário para suas coberturas.

§ 3º. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no "caput" deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual – LOA, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, utilizando como fontes de recursos o possível excesso de arrecadação, o possível superávit financeiro do exercício de 2014, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

CAPÍTULO IV DA TRANSPARÊNCIA

SEÇÃO I

Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos

Art. 35. Para garantir a transparência da Lei orçamentária Anual, os textos e seus respectivos anexos deverão ser amplamente divulgados no órgão oficial de publicação do Município e também em meios eletrônicos, conforme determina o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2015 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com o princípio da publicidade, promovendo-se a

transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

SEÇÃO II

Do Incentivo à Participação Popular e à Realização de Audiências Públicas

Art. 37. O incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, a que se refere o parágrafo único do art. 48 da LRF, tem como objetivo permitir a participação da sociedade no processo de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento governamental e nas suas avaliações.

Parágrafo único. O incentivo à participação popular ocorre pelo chamamento da população para participar das discussões dos problemas localizados no Município, por meio de rádio, televisão, jornal, internet etc., enquanto que a realização das audiências públicas é a concretização da participação popular.

Art. 38. A Prefeitura Municipal adotará mecanismos para assegurar a participação da sociedade na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Parágrafo único. Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I – Mediante audiências públicas com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II – Pela seleção conjunta através do disposto no inciso anterior, dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício;

III – Nas audiências públicas serão adotadas formas de comunicação, acessíveis à comunidade, como meio de garantir a participação social democraticamente.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 39. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º. Os repasses mensais de recursos financeiros ao Poder Legislativo serão realizados até o limite previsto no Art. 29-A da Constituição Federal de 1988, introduzido pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000 e alterado pela Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009.

§ 2º. O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, conforme disposto no § 2º, inciso II, do artigo 29-A da Constituição Federal.

§ 3º. A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal.

§ 4º. Caso a Lei Orçamentária de 2015 tenha contemplado ao Poder Legislativo dotações superiores ao limite máximo previsto no caput deste artigo, aplicar-se-á a limitação de empenho e da movimentação financeira, para o ajuste ao limite.

§ 5º. Na hipótese da ocorrência do previsto no § 4º, deverá o Poder Executivo comunicar o fato ao Poder Legislativo, no prazo de até noventa dias após o início da execução orçamentária respectiva.

Art. 40. A proposta orçamentária da Câmara Municipal para o exercício de 2015 deverá ser encaminhada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, até o dia 31 de julho de 2014, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de Orçamento do Município.

Parágrafo único. Na elaboração de sua proposta, a Câmara Municipal, obedecerá, também, aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade.

Art. 41. Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I – Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei;

II – Indiquem os recursos necessários, admitidos, apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) Dotações para pessoal e seus encargos;
- b) Serviço da dívida.

III – Sejam relacionados com:

- a) A correção de erros ou omissões; ou
- b) Os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º. As emendas deverão indicar como parte da justificativa:

(Continua na próxima página)



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



I – No caso de incidirem sobre despesa com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária.

II – No caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2º. A correção de erros ou omissões será justificada detalhadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 42. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação no Projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 43. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Parágrafo único. No caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária Anual, a Lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

CAPÍTULO VI
DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 44. No caso de haver necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, nos termos do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, será fixada limitação, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária de 2015 e de seus respectivos créditos adicionais.

§ 1º. Estão excluídas as despesas referentes a:

- I – Obrigações constitucionais e legais do ente;
- II – Contrapartidas de convênios assinados;
- III – Emendas parlamentares;
- IV – Precatórios e sentenças judiciais;
- V – Pagamentos dos serviços da dívida.

§ 2º. A limitação de empenho será operacionalizada, dentre outras formas, através da suspensão do recebimento de requisição de materiais e de serviços e de solicitações de empenhos, por parte do prefeito e do secretário da fazenda na administração direta, e por parte dos órgãos de contabilidade e do superior hierárquico (presidente) no órgão da administração indireta.

§ 3º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

CAPÍTULO VII
DAS TRANSFERÊNCIAS

SEÇÃO I
Das Transferências Voluntárias

Art. 45. As transferências voluntárias decorrerão da entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira e dependerão da existência de dotação específica, da observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição e da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que atende aos requisitos estabelecidos no § 1º, incisos e alíneas, do art. 25, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º. A realização de transferências voluntárias, conforme definidas no caput do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, dependerá da comprovação, por parte do conveniente, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária do Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 2º. As transferências previstas nesta Seção serão classificadas, obrigatoriamente, nos elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio" ou "43 - Subvenções Sociais".

SEÇÃO II
Das Transferências para o Setor Público e Privado

Subseção I
Das Subvenções Sociais

Art. 46. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social.

§ 1º. É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas as que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

§ 2º. A celebração de convênio ou instrumento congênere para transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos e a concessão de subvenções sociais estão condicionadas ao cumprimento dos dispositivos legais da legislação municipal que regulamenta a celebração de convênios e a concessão de subvenções sociais em vigor.

Art. 47. As entidades de direito privado que receberem transferências de recursos públicos por meio de convênio, termo de parceria ou instrumento congênere ficam submetidas à fiscalização dos órgãos de controle e/ou conselhos do Município.

Art. 48. Para pleitear o recebimento de subvenções sociais, as entidades interessadas deverão apresentar ao órgão municipal competente proposta contendo o plano de trabalho, além da apresentação de:

I – Declaração de utilidade pública municipal, mediante cópia autenticada da lei respectiva;

II – Atestado de regular funcionamento nos últimos dois anos, certificado pela comprovação do respectivo alvará de funcionamento;

III – Cópia do estatuto da instituição;

IV – Comprovação de eleição regular da Diretoria através de ata própria;

V – Cópia autenticada do CPF e da carteira de identidade do atual presidente da entidade;

VI – Cópia do cartão do CNPJ atualizado.

VII – Plano de aplicação da utilização dos recursos, com indicação dos prazos respectivos;

VIII – Relatório de atividades do ano anterior;

IX – Certidões de regularidade fiscal para com a fazenda federal, estadual e municipal, quando não houver isenção;

Art. 49. Estão impedidas de conveniar com o Município de Luís Correia as entidades que não prestaram contas corretamente, de parcelas liberadas anteriormente ou que se encontram irregulares perante a Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 50. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas nesta lei e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

§ 1º. O disposto no caput aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípua, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

§ 2º. Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.

Art. 51. As subvenções sociais deverão ser alocadas no orçamento das secretarias de acordo com a política pública por elas executadas, evitando que uma instituição tenha proposta em uma área e seja alocada no orçamento de uma secretaria de outra abrangência.

Parágrafo único. Na ocorrência de subvenção social fixada em uma secretaria diferente da política pública que irá executar, o Poder Executivo poderá por meio de Decreto fazer o remanejamento para a Secretaria de origem.

Subseção II
Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 52. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II – estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2014; ou

III – sejam selecionadas para execução, em parceria com a administração pública municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

§ 1º. A transferência de recursos a título de contribuição corrente, não autorizada nos termos dos incisos I e II do caput, dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá o critério de seleção, o objeto, o prazo do convênio ou instrumento congênere e a justificativa para a escolha da entidade.

§ 2º. O disposto no caput e no § 1º aplica-se aos casos de prorrogação ou renovação de convênio ou instrumento congênere ou aos casos em que, já havendo sido firmado o instrumento, devam as despesas dele decorrentes correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2015.

Art. 53. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964.

(Continua na próxima página)



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 54. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 55. Na lei orçamentária para o exercício de 2015, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 56. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 57. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 58. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, e no art. 182 da Constituição Estadual, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas a concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar às normas do caput, no exercício financeiro de 2015 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as condições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 59. O reajuste da remuneração de pessoal nos termos do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, será corrigido de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Municipal, respeitado o limite estabelecido no inciso III, do art. 19 e no inciso III, do art. 20, da Lei Complementar nº 101/00, de 2000, na forma do disposto no art. 169 da Constituição Federal.

Art. 60. O Poder Executivo fica autorizado, conforme disposto no art. 169 da Constituição Federal, a enviar à Câmara Municipal, Projeto de Lei que vise criar cargos, empregos e funções ou alterar a estrutura de carreiras, bem como admitir ou contratar pessoal.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal fica condicionada aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 61. Fica autorizada a realização de concurso público desde que obedecidos os limites dispostos Lei Complementar nº 101/2000, observadas as seguintes condições.

- I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher; e
- II - houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 62. O disposto no § 1º do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total de pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização, relativas à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I - Sejam acessórios, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
- II - Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário; ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente;
- III - Não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 63. O Poder Executivo poderá enviar Projetos de Lei ao Poder Legislativo que visem rever e atualizar a legislação tributária, objetivando modernizar a ação fazendária, aumentar a produtividade e melhorar a gestão da Dívida Ativa.

Art. 64. A estimativa da receita que constará no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2015, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II - Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III - Aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 65. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

I - Atualização da planta genérica de valores do Município;

II - Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - Revisão da legislação referente ao Imposto Sobre serviços de Qualquer Natureza;

V - Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII - Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII - Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX - Instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X - A instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 66. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. A execução da Lei Orçamentária de 2015 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública federal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

Art. 68. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Parágrafo único. A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput.

Art. 69. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 70. As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 71. O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênio com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, irrigação, desenvolvimento econômico, turismo, segurança, assistência e previdência.

(Continua na próxima página)



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



Art. 72. A estrutura do orçamento anual obedecerá à estrutura administrativa instituída pela Lei Complementar nº 001, de 02 de janeiro de 2013 e suas alterações, acrescida dos fundos especiais criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e Transferências Intergovernamentais.

Art. 73. O Executivo Municipal encaminhará até 30 de setembro de 2014, a Proposta Orçamentária para o exercício de 2015 à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determinado no Art. 13, inciso III, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Piauí.

Art. 74. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput do artigo anterior.

Art. 75. Cabe à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão a responsabilidade pela coordenação da elaboração orçamentária de que trata esta lei.

Parágrafo único. A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão determinará sobre:

I – O calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II – A elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas; e

III – As instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 76. Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, integram esta Lei os seguintes anexos:

I – De Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;

II – De Metas Fiscais, composto de:

a) demonstrativo de metas anuais de receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, em valores correntes e constantes, acompanhado da respectiva metodologia de cálculo;

b) demonstrativo das metas anuais de receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública fixados para os exercícios de 2012, 2013 e 2014;

c) avaliação quanto ao cumprimento das metas do exercício de 2013;

d) evolução do patrimônio líquido dos exercícios de 2011, 2012 e 2013, destacando origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;

e) demonstrativo da estimativa de renúncia de receita e sua compensação;

f) demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

g) avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores municipais, gerido pelo Instituto de Previdência Municipal de Luís Correia - LCPREV.

III – De Riscos Fiscais.

Art. 77. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Luís Correia/PI, 03 de setembro de 2014.

ADRIANE MARIA MAGALHÃES PRADO
Prefeita Municipal



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



ANEXO DE METAS FISCAIS
Metas Anuais

DI - LRF, art. 4º, § 1º

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)X100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)X100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)X100
Receita Total	48.768.860,00	46.226.407,58	22,6456	51.490.163,00	46.305.352,66	21,645	53.487.496,00	45.451.728,14	20,3816
Receitas Primárias (I)	47.263.384,00	44.799.416,11	21,9465	49.900.681,00	44.875.923,81	20,9768	51.814.008,00	44.029.658,92	19,7439
Despesa Total	48.768.860,00	46.226.407,58	22,6456	51.490.163,00	46.305.352,66	21,645	53.487.496,00	45.451.728,14	20,3816
Despesas Primárias (II)	47.989.901,00	45.448.057,82	22,2839	50.667.738,00	45.565.741,88	21,2993	52.621.601,00	44.715.926,47	20,0517
Resultado Primário (I-II)	-726.517,00	-668.641,71	-0,3374	-767.057,00	-689.818,07	-0,3224	-807.597,00	-686.266,55	-0,3077
Resultado Nominal	-1.733.449,00	-1.643.079,62	-0,8049	-1.747.737,00	-1.571.748,34	-0,7347	-1.762.025,00	-1.497.304,74	-0,6714
Dívida Pública Consolidada	20.805.000,00	19.720.379,15	9,6607	19.305.000,00	17.361.079,89	8,1153	17.805.000,00	15.130.041,23	6,7847
Dívida Consolidada Líquida	16.365.264,00	15.512.098,58	7,5991	14.617.527,00	13.145.612,74	6,1448	12.869.790,00	10.936.279,32	4,9041

VARIÁVEIS	2015	2016	2017
Projeção do PIB Municipal (R\$ mil)	215.357	237.885	262.430
Inflação Média	5,5	5,4	5,83

NOTA: Percentuais inflacionários obtidos a partir de projeções divulgadas por fontes oficiais

Metodologia de cálculo dos valores constantes:

2015

Valor Corrente/Índice para Deflação de 2014

2016

Valor Corrente/Índice para Deflação 2014x2015

2017

Valor Corrente/Índice para Deflação de 2014x2015x2016
(Continua na próxima página)



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

DII - LRF, art. 4º, § 2º inciso I

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor R\$ (c= b-a)	% PIB (c/a X 100)
Receita Total	43.721.141,00	24,8162	42.030.083,12	24,8162	-1.691.065,88	24,8162
Receitas Primárias (I)	42.193.149,00	23,9489	40.277.282,31	23,9489	-1.915.866,69	23,9489
Despesa Total	43.721.149,00	24,8162	42.719.760,01	24,8162	-1.001.388,99	24,8162
Despesas Primárias (II)	43.476.149,00	24,6771	41.954.339,39	24,6771	-1.521.809,61	24,6771
Resultado Primário (I-II)	-1.283.000,00	-0,7882	-1.677.057,08	-0,7282	-394.057,08	-0,7282
Resultado Nominal	0	0	-819.376,43	0	0	0
Dívida Pública Consolidada	0	0	21.849.480,60	0	0	0
Dívida Consolidada Líquida	0	0	12.583.366,54	0	0	0

FONTE: Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Luís Correia.

VARIÁVEIS	2013
Projeção do PIB Municipal (R\$ mil)	176.180
Inflação Média	5,91

Página 26 de 33



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

DIII - LRF, art. 4º, § 2º inciso II

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	
Receita Total	44.005.051,00	43.721.141,00	-0,65	46.204.510,00	5,68	48.768.860,00	5,55	51.490.163,00	5,58	53.487.496,00	3,88	
Receitas Primárias (I)	43.776.400,00	42.193.149,00	-3,62	44.778.194,00	6,13	47.263.384,00	5,55	49.900.681,00	5,58	51.814.008,00	3,83	
Despesa Total	44.005.051,00	43.721.149,00	-0,65	46.204.510,00	5,68	48.768.860,00	5,55	51.490.163,00	5,58	53.487.496,00	3,88	
Despesas Primárias (II)	43.665.051,00	43.476.149,00	-0,43	45.466.510,00	4,58	47.989.901,00	5,55	50.667.738,00	5,58	52.621.601,00	3,86	
Resultado Primário (I-II)	111.349,00	-1.283.000,00	-1252,23	-688.316,00	-46,35	-726.517,00	5,55	-767.057,00	5,58	-807.597,00	5,29	
Resultado Nominal	-121.349,00	-310.000,00	155,46	2.778.713,00	996,36	-1.733.449,00	-162,38	-1.747.737,00	0,82	-1.762.025,00	0,82	
Dívida Pública Consolidada	0	0	0	22.305.000,00	0	20.805.000,00	-6,72	19.305.000,00	-7,21	17.805.000,00	-7,77	
Dívida Consolidada Líquida	0	0	0	18.098.713	0	16.365.264,00	-9,58	14.617.527,00	-10,68	12.869.790,00	-11,96	
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	
Receita Total	43.665.054,80	46.047.455,39	5,48	46.204.510,00	0,34	46.226.407,58	0,05	46.305.352,66	0,17	45.451.728,14	-1,84	
Receitas Primárias (I)	42.307.439,53	44.625.988,10	5,48	44.778.194,00	0,34	44.799.416,11	0,05	44.875.923,81	0,17	44.029.658,92	-1,89	
Despesa Total	43.665.054,80	46.047.455,39	5,48	46.204.510,00	0,34	46.226.407,58	0,05	46.305.352,66	0,17	45.451.728,14	-1,84	
Despesas Primárias (II)	42.957.775,89	45.311.963,93	5,48	45.466.510,00	0,34	45.488.057,82	0,05	45.565.741,88	0,17	44.715.925,47	-1,87	
Resultado Primário (I-II)	-650.336,36	-685.975,83	5,48	-688.316,00	0,34	-688.641,71	0,05	-689.818,07	0,17	-686.266,55	-0,51	
Resultado Nominal	2.625.390,21	-1.636.718,91	-162,34	2.778.713,00	-269,77	-1.643.079,62	-159,13	-1.571.748,34	-4,34	-1.497.304,74	-4,74	
Dívida Pública Consolidada	21.074.263,04	19.655.034,39	-6,79	22.305.000,00	13,55	19.720.379,15	-11,59	17.361.079,89	-11,96	15.130.041,23	-12,85	
Dívida Consolidada Líquida	17.100.068,97	15.452.047,97	-9,64	18.098.713	17,13	15.512.098,58	-14,29	13.145.612,74	-15,26	10.936.279,32	-16,81	

FONTE: Anexo de Metas Fiscais - LDO 2014

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

Índices de Inflação					
2012	2013	2014	2015	2016	2017
5,84	5,91	6,1	5,5	5,4	5,83

Inflação Média projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo IBGE.



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



Evolução do Patrimônio Líquido

DIV - LRF, art. 4º, § 2º inciso III

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-16.747.241,23	100	-18.880.729,00	100	1.993.817,00	100
TOTAL	-16.747.241,23	100	-18.880.729,00	100	1.993.817,00	100



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

DV - LRF, art. 4º, § 2º inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2013	2012	2011
RECEITA DE CAPITAL	-	-	-
Receita de Alienação de Ativos	-	-	-
Alienação de bens móveis	-	-	-
Alienação de bens imóveis	-	-	-
TOTAL (I)	-	-	-
DESPESAS LIQUIDADAS	2013	2012	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	-	-	-
TOTAL (II)	-	-	-
SALDO FINANCEIRO (III) = (I-II)	-	-	-

FONTE: Balanço Geral de 2011, 2012, 2013

Nota: Nesse período não houve contabilização de Receita de Alienação de Ativos.



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

DVI - LRF, art. 4º, § 2º inciso IV, alínea "a"

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.090.457,00	2.132.272,00	1.753.388,64
RECEITAS CORRENTES	1.038.458,00	2.132.272,00	1.753.388,64
Receita de Contribuições dos Segurados	1.038.458,00	1.069.271,00	1.324.878,18
Receita de Serviços	-	-	-
Receita Patrimonial	1.002.456,00	1.011.585,00	396.437,38
Outras Receitas Correntes	49.543,00	51.416,00	32.073,08
RECEITA DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-
Outras Despesas de Capital	-	-	-
RECEITA PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	649.654,00	695.955,00	1.557.809,81
RECEITAS CORRENTES	649.654,00	695.955,00	1.557.809,81
Receita de Contribuições	649.654,00	695.955,00	1.557.809,81
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I+II)	2.740.111,00	2.828.227,00	3.311.198,45
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (IV)	1.256.976,00	1.361.637,00	2.081.879,77
Previdência Social	1.256.976,00	1.361.637,00	2.081.879,77
DESPESA DE CAPITAL (V)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (VI)	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VII) = (IV+V)	1.256.976,00	1.361.637,00	2.081.879,77
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (III-VII)	1.483.135,00	1.466.590,00	1.229.318,68



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

DVII - LRF, art. 4º, § 2º inciso V

SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENUNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
	Tributo	2015	2016		2017
Contribuintes com direito a isenção de imposto	Isenção IPTU	52.650,00	53.750,00	55.450,00	NOTA
TOTAL		52.650,00	53.750,00	55.450,00	

NOTA: Não se faz necessário a demonstração de medidas de compensação para as situações ora expostas no demonstrativo acima tendo em vista que a estimativa de renúncia de receita estará na metodologia de cálculo da projeção de arrecadação efetiva dos tributos municipais, conforme preconiza o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

DVIII - LRF, art. 4º, § 2º inciso V (R\$ 1,00)

EVENTO	VALOR PREVISTO PARA 2014
Aumento Permanente da Receita	225.000
(-) Transferências Constitucionais	0
(-) Transferências ao FUNDEB	85.000
Saldo Final do Aumento Perm. de Receita (I)	140.000
Redução Permanente da Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	140.000
Saldo Utilizado (IV)	75.000
Impacto de Novas DOCC	75.000
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	65.000

Nota: No Impacto de Novas DOCC, foi considerada a possibilidade de aumento de despesas com pessoal e encargos decorrentes a vantagens salariais a serem concedidas a determinadas categorias de servidores efetivos. Como aumento permanente de receita considerou-se incremento da receita tributária oriundo da revisão dos tributos municipais e fortalecimento da fiscalização tributária.



PODER EXECUTIVO
GOVERNO MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA
GABINETE DA PREFEITA



ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Riscos Fiscais e Providências

DVI - LRF, art. 4º, § 3º

(R\$1,00)

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Assistência a situações de calamidade pública	80.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de contingência	120.000,00
Discrepância de Projeções	40.000,00		
TOTAL	120.000,00	TOTAL	120.000,00